

# Vamos à luta, com ética

ESTADO DE SÃO PAULO  
ANTONINHO MARMO TREVISAN



**Brasileiros e brasileiras:**

Não adianta apenas dizer que há uma crise. É preciso trabalhar para reverter a situação. Está na hora de todos se unirem para a luta. Que as associações de classe, universidades, sindicatos, conselhos profissionais, Ordens, Federações e todos quantos representem a sociedade se mobilizem.

Suar a camisa e ajudar a salvar o Brasil. Lá fora ninguém nos dá um tostão furado. Fomos colocados de lado. Oportunismo internacional por um lado, incompetência nossa de outro. Ninguém dá nada de graça.

Não adianta chorar o leite derramado. Ou, como diz um amigo meu: "Quem chorou, chorou, quem não chorou, chorasse, porque o caixão vai fechar". Vamos à luta, porque, como diz o João Manoel Cardoso de Melo, "Na hiperinflação alemã o povo caçava ratos pelas ruas para comer. Aqui não vai ter rato pra todo mundo".

O descontrole instaurado nas finanças públicas é de tal envergadura que já se vêem, aqui e acolá, sinais muito fortes de uma convulsão social sem precedentes. O progresso, a estabilidade da empresa privada e a sua liquidez confrontam com o caos no setor público. O governo não consegue pagar as contas e, por isso, roda a máquina de fazer dinheiro. A tal da base monetária se expande, sem que bens e serviços sejam ofertados na outra ponta. A dívida interna de quase US\$ 100 bilhões, rodada diariamente, começa a encontrar resistência na ponta do tomador. Desconfiado, ele exige mais juros para emprestar ao governo. Os sindicatos dos trabalhadores pressionam por aumentos salariais, com um verdadeiro festival de greves. As empresas, por sua vez, acrescentam a essa pressão de custos a famosa tesse da expectativa incerta. E dá-lhe inflação.

Os economistas desistem de formular novas políticas, ao constatarem que suas teses, e mesmo aquelas que foram eficazes em outras épocas e outros países, aqui não funcionaram. Nem a dos juros elevados para comprimir demanda deu resultado. Tudo em vão. Políticas monetárias parecem não sensibilizar o paciente que, enfermo gravemente, não reage.

Claro, há uma formidável crise política. As atitudes demagógicas, eleitoreiras, politiqueras e fisiológicas, somadas à generalizada prática da corrupção, fizeram da sociedade brasileira um povo descrente de quase tudo. O competente parlamentar deputado Francisco Dornelles fez, durante a instalação do Conselho de Economia da Federação do Comércio, um emocionado e realista relato. Não disse nada que os outros membros do Conselho desconhecessem. Mas falava, ali, não só o político, como também o técnico do setor público com grande folha de serviços que só via uma saída: a formação de um amplo movimento de união nacional para recuperar a credibilidade do País, que dê sustentação ao fim do governo.

Outro membro desse Conselho, o combativo e incansável deputado José Serra, no mesmo dia relatava no Congresso Nacional a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando que, sobre 94,4% dos gastos do governo, nada se podia fazer. É preciso fazer!

As despesas são maiores que as receitas. E não adianta falar em aumentar a receita através de novos impostos. Não funciona. Ninguém acredita. Ninguém pagará. É preciso apresentar um programa de racionalização administrativa e financeira no setor público e privado que, harmonicamente, distribua o sacrifício, tocando pelo menos nos seguintes pontos:

- Renegociação da dívida externa pela linha de securitização, congelando o deságio;

- Subsídios e incentivos todos terão de acabar ou ser repensados;

- O setor privado terá de assumir uma boa parte das cerca de 200 empresas estatais federais, através de permuta de créditos por ações e imóveis do governo;

- A classe política terá de abrir mão de seu gosto em indicar parentes e apadrinhados para cargos públicos: é preciso que o Legislativo se contente apenas em legislar;

- A sociedade abandonará a mania de esperar que o governo resolva os seus problemas. Parte dos 8 milhões dos empregados no setor público terá de abrir mão do seu garantido emprego e, os que ficarem, deverão ser treinados para aumentar a produtividade social, inclusive trabalhando mais.

- Os empresários terão de esquecer o Estado e deixá-lo cuidar da educação, saúde, segurança e justiça. Não adianta ficar pressionado o ministro: ele não tem com que dar;

- As empresas privadas não de criar fundos para a pesquisa científica e tecnológica;

- O setor agrícola privado há de criar e manter centros de estímulo à criatividade e ao desenvolvimento técnico agrícola;

- As empresas de construção civil hão de criar um fundo privado de financiamento à habitação;

- Os hotéis, empresas de lazer e diversão etc, hão de criar centros com capital privado para desenvolver o turismo;

- Ah, é óbvio que o pessoal do café e do álcool irá, também, assumir seu destino e resolver como gente grande seus problemas, sem governo;

- O pessoal da informática se unirá para abrir mão da reserva de mercado, e criará uma empresa de pesquisa e desenvolvimento que firmará convênios com universidades, daqui e de fora, para intercâmbio de conhecimentos.

- A Fiesp e Fcesp assumirão, por sua conta e ordem, algum sistema de autocontrole de preços, da mesma forma que desenvolverão planos de desenvolvimento industrial integrando os vários interesses regionais; como, também, patrocinarão iniciativas empreendedoras nas áreas de tecnologia de ponta;

- As empresas multinacionais aqui instaladas se integrarão definitivamente, dando transparência aos seus números, publicado balanços e entregando também a auditores tupiniquins as suas contas,

- O governo também dará mais transparências às suas contas para que a sociedade as entenda, discuta e participe;

- Finalmente, a turma que "dá bola", "paga comissões", corrompe e é corrompida, fará uma trégua, apoiando essa corrente nacional de retorno aos melhores valores éticos e à moralização nas relações administrativas e econômicas.

Enfim: deixaremos o Estado cuidar da educação, saúde e justiça — o que já é muito.

Que haja uma melhor redistribuição de renda para diminuir a percentagem dos 65% de brasileiros que ganham menos de um salário mínimo. O Brasil cresceu, as empresas cresceram. Nós todos crescemos. Vamos andar com as próprias pernas e assumir nossas responsabilidades. Está na hora!

□ Antoninho M. Trevisan, presidente da Trevisan & Associados, é auditor e consultor de empresas, e foi titular da Secretaria de Controle das Empresas Estatais — SEST.

**Aqui não  
vai ter  
rato pra  
todo  
mundo**

